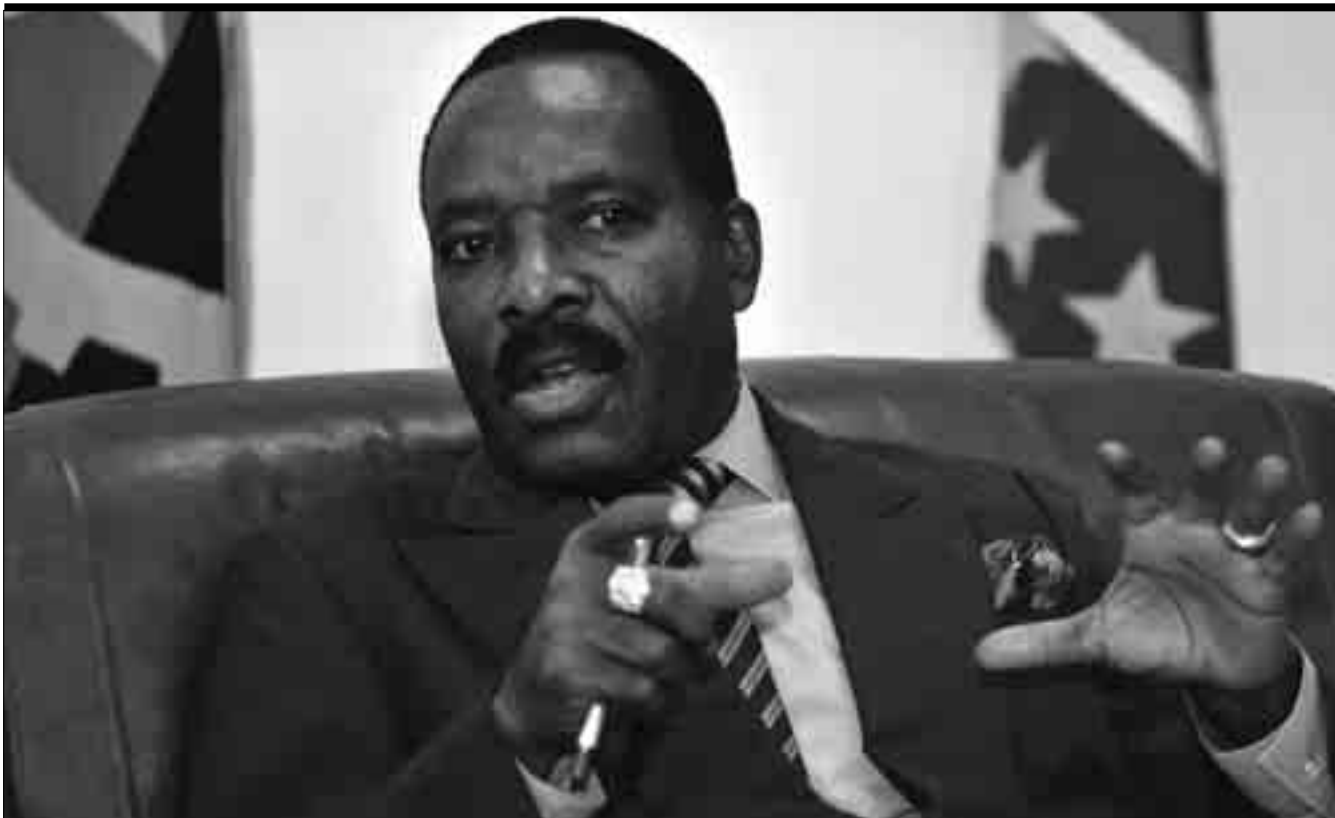


## Armas desaparecem na Procuradoria de Assomada

Pág. 5



JOSÉ CÉSAR AUGUSTO

**“Os cabo-verdianos em Angola têm uma postura que dá inveja”**

In Suplemento

### Gás mais barato

Os preços dos combustíveis, à exceção da gasolina, vão baixar a partir da próxima semana. A informação foi avançada em exclusivo ao Cifão por uma fonte fidedigna que justifica esta redução de preços nos combustíveis com a importação de novos lotes a preços mais baixos.

Cifão

### Magistrados batem com a mão na mesa

O Conselho Superior da Magistratura Judicial deu a si próprio o prazo até Dezembro para ter “sinais inequívocos” de que os poderes políticos vão levar para a frente a reforma da justiça num período de tempo que considere aceitável.

Pág. 2

### PAICV desenterra promessa de campanha de Djô Pinto

A venda de terrenos na Boa Vista volta a ser notícia estes dias. O sector do PAICV na ilha traz de novo para a agenda política a questão dos terrenos vendidos pela Câmara Municipal. Mais, os tambarinas cobram a José Pinto Almeida uma promessa de campanha, que publique a lista de terrenos vendidos desde 2000.

Pág. 14

#### → ACTUALIDADE

A bolha rebenta em São Vicente

Págs. 12 e 13

#### → POLÉMICA

Tribunal manda Clube de Golfe fazer nova assembleia

Pág. 4

#### → POLÍTICA

JPAI com três candidatos à liderança

Págs. 10 e 11



Os bens da sua casa estão bem protegidos?  
Continue a descansar mesmo depois das férias.

**GARANTIA Lar** - Seguro Multi-Riscos

Esteja de férias ou em trabalho, os seus bens estão sempre salvaguardados com o seguro GARANTIA Lar.

Conheça em pormenor este produto numa Agência da GARANTIA.



GARANTIA

SEGUROS

mais perto de si!

www.garantia.cv

# Magistrados batem com a mão na mesa

O Conselho Superior da Magistratura Judicial deu a si próprio o prazo até Dezembro para ter “**sinais inequívocos**” de que os poderes políticos vão levar para a frente a reforma da justiça num período de tempo que considere aceitável. Caso contrário, o CSMJ avançará com a indicação dos seus três juízes-conselheiros para o STJ, conforme o figurino em vigor. “**Não queremos ser os novos Raul Querido Varela do sistema**”, desabafou a este jornal um magistrado.




---

JOSÉ VICENTE LOPES

---

**N**um acto raro no país, o Conselho Superior da Magistratura Judicial posicionou-se na passada sexta-feira, 07, sobre o “*chumbo*” que inviabilizou a reforma da justiça, proposta pelo governo ao parlamento no passado dia 4. Dando voz à frustração existente entre os magistrados, que se sentiram defraudados com a actuação do parlamento, o CSMJ decidiu pronunciar-se sobre o caso através de uma “*declaração pública*”. E fê-lo emitindo alguns avisos (implícitos) aos sujeitos políticos a quem cabe, ao fim e ao cabo, a responsabilidade de viabilizar a ideia de que a ascensão ao STJ deve ser por carreira e não por nomeação política.

Na sua “*declaração pública*” lida por Benfeito Mosso Ramos, que é também o presidente do STJ, o CSMJ faz saber que não tendo sido possível a alteração das actuais regras do jogo por não haver entendimento entre os dois maiores partidos, e na falta de um “*cronograma*” que “*denote a mais séria e inequívoca vontade de ultrapassar o impasse existente*” não lhe restará outra alternativa que “*não seja assumir na plenitude as suas responsabilidades constitucionais e dar início, tão breve quanto possível, ao processo de designação dos magistrados judiciais que lhe compete eleger à luz das pertinentes normas da Constituição da República e da legislação ordinária em vigor*”.

Note-se que desde 1992, quando o então STJ se demitiu em bloco na sequência de críticas ao seu funcionamento, que os magistrados, neste caso através do CSMJ, não tomavam uma tal posição sobre um dado facto político. Aliás, na sua “*declaração pública*” os magistrados advertem sobre o risco que se está a correr com a criação de um impasse em torno da reforma da justiça, algo que se tinha como adquirido, mas que à última hora passou a depender de um encontro entre o presidente do MpD

e o presidente do PAICV, por exigência do maior partido da oposição. “*A solução do impasse*”, como adverte o CSMJ, não pode “*protelar-se por muito mais tempo, sob pena de remeter o país para uma crise de consequências imprevisíveis*”.

Resumindo, diz uma fonte do CSMJ, está fora de questão qualquer “*perpetuação*” dos actuais juízes do STJ no cargo por falta de entendimento entre o PAICV e o MpD no parlamento. “*Nós não queremos ser os novos Raul Querido Varela do sistema, um juiz do STJ que já vai no seu terceiro mandato porque a AN não consegue encontrar um sucessor para ele. Enfim, uma situação de que não há memória na história constitucional de qualquer país sério*”, sublinha.

Por isso, trocado em miúdos, a mesma fonte revelou ao **A Semana** que os membros do CSMJ deram a si próprios o prazo até Dezembro para o PAICV e o MpD emitirem “*sinais inequívocos*” de que querem ultrapassar realmente o braço-de-ferro existente entre eles “*num espaço de tempo curto e aceitável*”, sob pena daquele órgão responsável pela administração da justiça avançar para a renovação do mandato do STJ. Ou seja, a acontecer este cenário, o CSMJ indicará os

três juízes-conselheiros que a lei lhe atribui, cabendo ao presidente da República indicar o quarto juiz e a AN o quinto, que, na falta de acordo entre os dois grupos parlamentares, bem pode continuar a ser Raul Querido Varela, no lugar desde 1998.

“*O CSMJ é o primeiro interessado em ver resolvido o problema de ascensão ao STJ por via da carreira. Esta é uma tomada de posição firme que conta com o apoio de toda a classe dos magistrados e que já tinha sido absorvida pelos partidos políticos*”, recorda a nossa fonte, para quem nesta história todo o “*parlamento ficou mal*” na “*fotografia*” do passado dia 4.

Nesse dia, recorde-se, por falta de três votos, num universo de 72 deputados, o diploma que previa definir a nova organização da justiça do país não passou, acabando o governo por retirar os outros dois diplomas, dentre eles a nova versão dos estatutos dos magistrados que contempla a ascensão dos juízes ao STJ por via da carreira. Nesse dia, o diploma teve 38 votos a favor (37 do PAICV e um da UCID) e 23 abstenções, todas do MpD. O MpD inviabilizou a proposta, certo, mas também na bancada do PAICV faltaram três votos, que ficaram perdidos por aí.

# Armas desaparecem da Procuradoria da Assomada



Uma quantidade indeterminada de armas apreendidas a arguidos presentes à Procuradoria da República de Assomada desapareceu misteriosamente dos cofres da instituição desde o passado mês de Outubro. A Judiciária está a investigar este caso, mas, por enquanto nega adiantar quaisquer informações à im-

prensa. A PJ apenas confirma essa ocorrência e assegura que o caso está a ser averiguado em colaboração com o Ministério Público do concelho de Santa Catarina.

Sabe-se entretanto que a PJ já solicitou uma lista completa do armamento que estava depositado na Procuradoria para poder determinar o tipo e a quantidade de armas roubadas. Segundo

o apurado por este semanário, as autoridades já têm um suspeito na mira, um indivíduo que foi visto na posse de uma pistola, alegadamente proveniente do lote dado por desaparecido.

Inicialmente, a informação chegada a esta redacção dava conta de que as armas estavam sob a alçada do Tribunal da Assomada, mas o juiz Clóvis desmentiu esse dado. Esclarece que

o Tribunal só fica responsável pelas armas do crime durante a fase de instrução dos processos e que as mesmas são depois devolvidas ao Ministério Público após a leitura da sentença. E assegura que nenhuma arma desapareceu dos cofres do Tribunal da Assomada, mas sim da Procuradoria da República da Assomada.

KzB

## POLÉMICA SOBRE O CLUBE DE GOLFE DE S. VICENTE

# Tribunal autoriza marcação de Assembleia extraordinária

POR: Kim-Zé Brito

**A** novela em torno do Clube de Golfe de S. Vicente promete uma perigosa reviravolta no final deste mês. O Tribunal de S. Vicente decidiu dar razão aos sócios que contestaram a parceria entre a direcção do grémio e a empresa portuguesa Consolve, tendo autorizado o grupo a convocar uma nova Assembleia-geral extraordinária com um único ponto da ordem do dia: discutir e votar a acta que deliberou a constituição de uma sociedade entre o clube e a entidade Consolve – Consultoria e Gestão. A referida reunião teve lugar em 15 de Junho último.

E há mais: o juízo cível determinou ainda que essa assembleia deverá ser presidida pelo Notário de S. Vicente ou, em caso de impedimento, por quem este designar. Isto significa que a acta saída desse encontro será autenticada imediatamente pelo serviço notarial, sem direito a posteriores reclamações. Pode-se por isso inferir que o futuro do Clube de Golfe será decidido nessa assembleia.

Segundo Aristides Lima e Silva e Camilo Abu-Raya, dois dos sócios contestatários, a reunião geral será no próximo dia 28, devendo envolver o máximo de participantes. “*Queremos reunir todos os sócios, dar-lhes a conhecer as medidas ilegais tomadas pela Direcção e presidente da Assembleia e depois conceder-lhes a oportunidade de decidirem sobre o futuro do património do nosso clube*”, explica Aristides Lima, que se mostra satisfeito com a deliberação do Tribunal de S. Vicente. “*Sempre dissemos que estaríamos dispostos a discutir o actual problema, internamente. Agora vamos ter essa oportunidade*”, acrescenta Lima e Silva, lembrando que ele e outros colegas foram obrigados a recorrer ao foro judicial pela renitência do presidente da AG em marcar uma nova reunião para se votar a acta saída da polémica assembleia de Junho e que, segundo Lima, foi assinado apenas pelo presidente da Assembleia-geral.

Apesar do impacto da decisão do Tribunal de S. Vicente, a direcção do CGSV não pretende apresentar nenhum recurso. “*Não vamos meter recurso para não passarmos a ideia de que estamos contra essa assembleia. Aliás, já tinha*

*dado indicações ao presidente da AG para marcar uma reunião para o dia 12 de Dezembro para a apresentação do relatório de actividades e contas desta gestão*”, acrescenta João Lizardo, que se diz tranquilo com a situação vivida pelo Clube de Golfe de S. Vicente, mesmo sabendo o risco que corre a sociedade criada com a empresa Consolve para a implementação de um projecto turístico-imobiliário no terreno pertencente ao grémio. É que os sócios podem decidir pela dissolução da sociedade, cuja escritura foi registada na Conservatória de Santa Cruz, depois que o Notário de S. Vicente negou proceder a esse expediente.

“*Se os sócios entenderem que devemos esperar mais 68 anos para modernizarmos este clube, que seja. Mas devem ficar a saber que já foram gastos mais de dez mil contos com a escritura da sociedade*”, informa Lizardo, que desafia os oponentes a apresentarem um projecto específico para o clube.

Segundo Aristides Lima e Silva, os sócios vão ficar a saber todos os detalhes do “*negócio*” estabelecido entre o clube e a Consolve. É que, na perspectiva, deste membro do clube de golfe de São Vicente, João Lizardo nunca esteve mandatado para celebrar a sociedade, ainda mais nos moldes em que foi levada a cabo.

“*A Direcção pretende, à viva força, incorporar o património do grémio – neste caso 306 hectares de terra-, numa sociedade imobiliária, em troca de apenas quinze por cento do capital social. Este negócio, pelas provas de que dispomos, está a trilhar um caminho duvidoso, capaz de colocar em perigo a própria existência e independência deste Clube, que é uma herança do povo mindelense*”, contesta Lima, que nega, entretanto, ter prometido financiar um levantamento topográfico das terras do clube, estimado em dois mil contos. Esta informação consta de uma carta escrita por João Lizardo, publicada na edição anterior deste semanário. Abordado sobre esse aspecto, Lizardo reafirmou o dado constante da sua carta, acrescentando que Aristides Lima fez essa promessa durante uma assembleia realizada em plena rua, por falta de electricidade na sede do clube.





# Fazer mais

**T**empo de crise pode ser o momento de mudar a forma de fazer as coisas. Para Emanuel Rahm, o braço-direito de Obama, a regra número um é: *nunca desperdiçar uma crise*. É oportunidade para criar vontade e ultrapassar definitivamente inércias, vícios e métodos gastos. Oportunidade para um olhar mais atento sobre a qualidade dos resultados obtidos e para a necessidade de um retorno maior e duradouro de tudo quanto a sociedade no seu todo investe, particularmente, através da acção do Estado.

Deixar projectos de desenvolvimento como os de S. Vicente passar por uma verdadeira odisséia é o que não pode acontecer. Nem tão-pouco deixar a cúpula do sistema judicial em Cabo Verde chegar à situação anómala em que se encontra actualmente, com todos os mandatos dos juízes terminados há mais de seis meses.

De facto, vistas bem as coisas, o que está descrito nas reportagens do *jornal asemana* de 17 e de 31 de Outubro sobre os projectos em S. Vicente parece puro surrealismo. Não é compreensível nem aceitável que projectos potenciadores do crescimento e emprego fiquem anos dependentes da guerrilha institucional entre Governo e câmaras municipais. Em vários casos, só se avança com os projectos quando o investidor ou promotor concorda em pagar mais uma quantia ao Estado, a juntar-se ao que já tinha pago à Câmara.

Parece que não interessa a perda de um, dois, três ou mais anos nesse braço-de-ferro. Não interessa se, entretanto, janelas de oportunidades se retraem e se a bolha na imobiliária, cuja exuberância também se fazia sentir-se em Cabo Verde, arrebenta com efeitos globais desastrosos. Nem causa muita preocupação que provavelmente ter-se-á de aguardar, por mais uns anos, o ressurgimento de um forte interesse na imobiliária turística e de segunda residência.

Nas referidas reportagens da jornalista Constança de Pina, fica-se a saber que desde o Verão 2007 o projecto do Viana Club Resort *estava bloqueado enquanto decorriam as negociações com o CI*. Também o administrador do projecto de Salamansa diz que *há mais de dois anos que estão em diálogo com a CI para tentar desbloquear o processo*. O Cesária Resort, segundo a reportagem, em três anos já gastou milhões em consultores e já enfrentou situações complicadas. Não há previsão ainda para o início das obras. Só o projecto do Fortim del Rei já deu o passo de assinar com uma empresa construtora.

A impressão que se fica é que os múltiplos e complexos efeitos da execução desses projectos na economia, na sociedade e nas pessoas são postos em segundo plano. É que a atenção das autoridades é arrebatada pela questão dos terrenos. Razão para isso não é o desejo de transmitir imagem de segurança jurídica na titularidade dos terrenos nem o de evitar especulação no preço dos mesmos. É para se saber quem se impõe e quem retém os proventos da venda de terrenos. Se as receitas ficam para o Estado, para as câmaras ou se vão para os particulares.

***Parece que não interessa a perda de um, dois, três ou mais anos nesse braço de ferro. Não interessa se, entretanto, janelas de oportunidades retraem-se e se a bolha na imobiliária, cuja exuberância também fazia-se sentir em Cabo Verde, arrebenta com efeitos globais desastrosos.*** ”

De acordo com o decreto legislativo 3/93, as ZDTIs são essencialmente zonas identificadas pelas suas condições geográficas e pelo valor paisagístico as quais o Estado dota de planos de ordenamento turístico com vista à gestão adequada do uso e ocupação do solo. A lei prevê a possibilidade de expropriação de terrenos nas ZDTIs mediante declaração de utilidade pública, mesmo os pertencentes aos municípios. O que na lei é acessório e instrumental, a titularidade dos terrenos, na prática, passa a ser o essencial, em detrimento do que, em primeiro lugar, obriga o Estado: dotar essas zonas de um Plano de Ordenamento Turístico.

Isso ficou evidente na forma como o Governo em Agosto último procura resolver o problema do projecto da Salamansa Sands, há mais de dois anos em negociações. Segundo o *jornal asemana*, o Projecto de Salamansa Sands tinha sido aprovado pela CI e pela CMSV e projectava criar 1286 postos de trabalho. Em nota de 30 de Julho de 2008, a CI fazia saber aos Deputados que já tinha acordado com os promotores que

eles *anulam* a escritura pública que detinham dos mais de 500 hectares em Salamansa e que a CI afectaria de novo o terreno mediante um novo preço.

Tudo leva a crer que o acordo não foi avançado. O BO de 25 de Agosto trouxe a decisão do Governo de criar uma ZDTI de 506 hectares na Salamansa. Com isso, ficou evidente a instrumentalização do processo de criação das ZDTIs. Salamansa já tinha plano de ordenamento turístico aprovado pelas autoridades competentes. Dotar a zona de um plano turístico não foi, por conseguinte, a razão de fundo da decisão tomada. Só podia ser a possibilidade de expropriar os terrenos num quadro de conflito com a Câmara Municipal.

Conflitos dessa natureza têm sede própria para serem dirimidos: os tribunais. Mas o Governo opta por resolvê-los politicamente. Pela força, sem considerar como, com isso, torna precário o direito de propriedade. E as opções não terminam aí. Há ainda a via legislativa. Novas leis, porém, implicariam avaliação de interesses em causa, negociações, *give and take*, e respeito pelas regras, processos e procedimentos democráticos. Ou seja, tudo o que é necessário para a prossecução do interesse público na democracia. Mas que é anátema é, num ambiente político em que se prefere confrontos a compromissos, ao mesmo tempo que se apregoa amor louco pelo consenso.

Certamente que não se realiza o interesse público quando se deixa estender indefinidamente uma situação que, independentemente da origem, resulta em que particulares, emigrantes, operadores económicos e investidores não conseguem fazer registos de terrenos em vários pontos do território nacional. Se há omissões na lei que sejam preenchidas, se surgem disputas que sejam resolvidas e ultrapassadas, se falta clarificação que decisões sejam tomadas em tempo útil. Evitar a asfixia da construção civil, com o seu potencial de emprego e efeito de arrastamento sobre o resto da economia devia sobrepor-se a outras considerações. Porque sem registo não há hipoteca, sem hipoteca não há crédito, sem crédito as obras param ou não arrancam e sem obras o desemprego aumenta.

Não se pode prejudicar empreendimentos, vultuosos e sensíveis quanto ao momento de implantação, porque se falha no essencial que define a governação: a definição de objectivos e metas nacionais, a construção da vontade colectiva para os atingir e a persistência, não obstante os percalços, em os realizar.

E, *no excuse*, como diria **Obama**. A responsabilidade da governação pertence ao Governo eleito. Assim como não partilha com a população a responsabilidade primeira do Estado de assegurar a segurança, a tranquilidade e a ordem pública também não compartilha com as Câmaras nem com a Oposição a responsabilidade central de implementar o programa político que fez sufragar nas urnas. Tem é que saber lidar com o sistema, com todas as suas salvaguardas,

seja no domínio dos direitos fundamentais, dos direitos das minorias, dos direitos específicos das populações nos municípios e do mais que a Constituição e as Leis impõem.

Este é o mar em que se navega na democracia. E não é aceitável a desresponsabilização do *capitão* pelo desvio do rumo do navio só porque ondas se fazem sentir com mais força e determinação.

Da mesma forma que não se aceita que o Governo venha desresponsabilizar-se culpando a Câmara pelo não andamento dos projectos em S. Vicente, também não é de aceitar desculpas pelo adiamento de pacotes legislativos concernentes à Justiça. As condições para o impasse que se vive hoje foram postas em marcha há mais de cinco anos.

A revisão constitucional de 1999 criou o Tribunal Constitucional (TC). Nos anos seguintes, uma lei orgânica desse tribunal e outra lei definindo o molde de acesso e a constituição do Supremo Tribunal de Justiça, (STJ) deviam ser produzidas. O MpD apresentou projectos de lei nesse sentido e o PAICV recusou-se a viabilizá-las. No vazio legal que ficou, em 2003, o Conselho Superior de Magistratura nomeou três juízes o Presidente da República um juiz, em moldes já ultrapassados pela revisão de 1999 e, por isso, constantes de disposições transitórias. A Assembleia Nacional recusou-se a eleger um juiz nesses moldes. O MpD argumentou que interesses partidários do PAICV impediam a criação do TC.

Em 2005, finalmente o PAICV e o MpD aprovaram por unanimidade a lei de instalação do TC, mas não se pôde ir adiante porque o Governo se recusou a prever verbas para esse Tribunal nos Orçamentos de 2006 e 2007. Provavelmente queria, por razões que nunca explicitou, que o mandato do actual STJ enquanto Tribunal Constitucional completasse cinco anos. Só que tardiamente apresentou a proposta de lei que define a nova forma de acesso ao STJ. Um mês depois do fim do mandato dos juízes. E é essa proposta que foi retirada porque simplesmente o partido no governo não aceita que deve negociar para chegar à maioria de dois terços dos deputados, imposta pela constituição para a aprovação de actos estruturantes da República.

A realização de políticas públicas falha quando se tem sempre em mira ganhos políticos partidários instantâneos. Não é possível construir a vontade colectiva para a realização de políticas públicas pela via de encurralar o adversário, atirar sectores de interesses contra ele e desrespeitar o papel que o sistema lhe confere como garantia de equilíbrio e de co-participante, sob pena de bloqueio, em decisões chaves e estruturantes.

Em tempo de crise, tudo se acelera porque intervêm processos de criação do novo. Pode ser a oportunidade para se rever os métodos de acção e compreender, definitivamente, que em democracia a escolha de meios justos, legais e constitucionais é essencial para a consecução dos fins.

# UNTC-CS homenageia sindicalistas de Santiago

**Perto de uma dezena e meia de sindicalistas de Santiago serão homenageados numa sessão especial a ter lugar no próximo dia 20, no salão de banquetes da Assembleia Nacional, Praia. Iniciativa da UNTC-CS, o momento servirá ainda para retomar o ciclo de debates sobre a história do movimento sindical cabo-verdiano, desde 1974 a esta parte.**

**O** Chefe de Estado, Pedro Pires, presidirá a cerimónia comemorativa dos 30 anos da UNTC-CS. Esta central retoma, assim, o seu programa iniciado em S. Vicente há dois meses.

Depois da polémica surgida com a recusa de António Pascoal dos Santos em ser homenageado como um dos antigos activistas da UNTC-CS, a iniciativa está sendo preparada com certo cuidado. O secretário-geral, Júlio Ascensão Silva, anuncia que são entre 12 a 14 dirigentes sindicais da ilha de Santiago a serem distinguidos na sessão especial referida, sendo a maioria a título póstumo.

Pedro Mendes Rodrigues e Manuel Pires Cabral são alguns dos contemplados que já não se encontram entre nós. Todos eles pertenceram ao extinto Grupo da Acção Sindical (GAS), onde desempenharam, entre 1974 e 1975, um papel crucial para a dinamização dos sindicatos no Cabo Verde

independente.

A nível das figuras vivas a serem homenageadas, o destaque vai para Teófilo Fernandes e Armando Querido Semedo. Este último fez parte das Comissões Administrativas que assumiram a gestão dos sindicatos herdados do regime colonial português. Fernandes foi dirigente do ex-Sindicato de Comércio e Ofícios Correlativos e transitou depois para a UNTC-CS, de que ainda é membro.

*“Estas e outras figuras sindicais vão ser, à semelhança do que aconteceu em S. Vicente, distinguidos com um diploma e uma medalha de mérito. O objectivo é reconhecer, por esta via, o papel que desempenharam no processo do movimento sindical em Cabo Verde, desde 1974 até à criação da UNTC-CS em Setembro de 1978”,* justifica o secretário-geral da maior central sindical nacional.

Paralelamente à sessão especial de homenagem, haverá ainda no dia 20 um fórum sin-

dical, que retomará o debate dos temas que enformaram a conferência internacional sobre a história do movimento sindical em Cabo Verde, realizada em Setembro deste ano no Mindelo.

Aguardado com alguma expectativa é o tema a ser desenvolvido por António Correia e Silva, historiador, investigador e reitor da Universidade de Cabo Verde. O mesmo irá dissertar sobre *“Lutas laborais na história de Cabo Verde: Porto Grande como um dos berços da consciência sindical, no século XIX e início do século XX”*.

A globalização e o seu impacto na economia e nas relações de trabalho em Cabo Verde, bem como o papel da UNTC-CS no desenvolvimento da segurança social em Cabo Verde são outros dos tópicos a serem debatidos no encontro da Praia. Os mesmos serão apresentados por José Luís Fernandes e Xisto Almeida, respectivamente.

A JPAI vai a Congresso em Janeiro de 2009, para escolher o seu novo líder. Na corrida para substituir Mário Semedo, que resignou por razões de saúde, desenham-se três candidaturas: Euclides Centeio, Nuias Silva e Jacob Vicente. Isto numa altura em que os “jotas” da estrela negra reivindicam uma maior autonomia da organização, uma liderança mais forte, com uma agenda própria, virada para os jovens e, sobretudo, livre de interferências de certos dirigentes da cúpula tambarina.

ALÍRIO DIAS DE PINA



Nuias Silva, Jacob Vicente e Euclides Centeio

# Disputa da liderança revol

O VII Congresso da JPAI deve acontecer em Janeiro de 2009, revelou ao **A Semana** o presidente da comissão preparatória do evento e responsável pela gestão interina da organização, Adilson Semedo, desde que, há um mês, o então presidente da Jota, Mário Semedo, resignou ao cargo por razões de saúde. Mário encontra-se, inclusive, em tratamento em Portugal, depois de passar uns dias internado no Hospital Agostinho Neto, onde entrou com arritmia cardíaca.

Tendo em conta o lugar que a JPAI ocupa no sistema tambarina, a preparação do congresso já está a mexer com os seus dirigentes e militantes, sobretudo a nível da Praia. É que além de Euclides Oliveira, cujo nome foi já anunciado por este jornal (edição nº 862, pág.5), dois outros nomes se perfilam para a corrida à liderança da JPAI: Nuias Silva, membro do CN, e Jacob Vicente, presidente do Conselho Nacional de Jurisdição e Fiscalização.

Vicente é psicólogo de profissão e consultor de empresas. E Nuias Silva é informático, pre-

sidente da Assembleia Municipal de S.Filipe e gestor da Casa do Cidadão. “Tendo em conta um movimento expressivo de membros e dirigentes a pedir-me para concorrer à liderança da organização, estou aberto para ponderar, discutir e consensualizar essa possibilidade com os proponentes e a cúpula do PAICV”, admite Silva.

“Permanecendo ou não Nuias Silva e Euclides Centeio na corrida, penso também disputar a liderança da JPAI, desde que essa minha eventual candidatura seja de consenso a nível dos Jotas”, diz por seu turno Vicente.

## Constrangimentos e perfil do líder

Criada em 1995, a JPAI já teve cinco presidentes: Agnelo Sanches, Camilo Gonçalves, Emanuel Furtado, Edson Medina e Mário Semedo. E só Emanuel e Edson cumpriram o mandato até ao fim. Os restantes interromperam

as suas funções antes do término, ora para continuar os estudos, ora para exercer outros cargos políticos. E agora Mário Semedo sai obrigado por doença cardíaca.

Para os críticos, o estado actual da organização e funcionamento da JPAI deixa, no cômputo nacional, muito a desejar. Estes “renovadores” propõem, por isso, uma associação política forte para sustentar o partido do governo e ter uma agenda própria para a juventude cabo-verdiana e não apenas dos jovens “mobilizados” para a causa do PAICV. É deixar para trás essa Jota amorfa, apagada que anda na contra-mão da ousadia jovem deste país, parecendo mais uma organização folclórica, recreativa e social, quando não é uma correia de transmissão da cúpula do PAICV.

Uma fonte bem posicionada, que pediu anonimato, adverte que o primeiro passo a dar tem a ver com o protagonismo a dar à JPAI na presente conjuntura. “O problema fundamental é o PAICV colocar a JPAI como sendo uma prioridade na sua agenda e deixar de vê-la apenas como um grupo de jovens que só serve para colorir e animar as campanhas eleitorais”.

Um outro problema – crónico e velho – é a falta de recursos para financiar as actividades das “Jotas”. O entrevistado deste jornal cita, a título de exemplo, que o PAICV concede um subsídio mensal de 100 contos à organização, o que é manifestamente insuficiente para cobrir as despesas que a organização tem de fazer para funcionar em todo o território nacional. “Só uma sessão do CN, que estatutariamente deve acontecer duas vezes por ano, custa, em termos de transporte e alojamento dos membros, entre 450 e 500 contos”, pontua a nossa fonte.

Um outro ex-dirigente defende, por seu turno, mais autonomia da JPAI em relação à cúpula tambarina. “A JPAI precisa de uma liderança muito mais forte, capaz de se libertar da intromissão, em termos de receber ordens, de certos dirigentes do partido, que agem em função das ambições de grupos bem determinados nas duas organizações”.

Um dos seguidores desse processo político sustenta a tese segundo a qual “o presidente a sair do próximo congresso da JPAI terá que ser forte, carismático e congregador. Uma liderança capaz de discutir e propor ideias, servir de



JOÃO  
SILVESTRE  
ALVARENGA



# Desigualdades políticas

O sistema político cabo-verdiano produziu ao longo de sua curta história democrática indicadores positivos, tais como a estabilidade institucional e política, disciplina partidária e governabilidade. Porém, observa-se um elevado desequilíbrio de forças entre a sociedade política e a sociedade civil, entre os partidos políticos, e, dentro dos partidos políticos, tanto em relação ao poder nacional quanto aos poderes locais, e, também ocorrem desigualdades políticas entre os órgãos de soberania:

1. A sociedade civil ganhou expressividade mas detém pouca autonomia e força para fazer frente à sociedade política. A sociedade civil tenta mais reagir às investidas da sociedade política do que ser propositiva. Durante os dois mandatos do MpD (1991/2001) com maiorias qualificadas, a prepotência da frase “*nu ta pita, nu ta djuga*” ilustra qual poderia ser a força da sociedade civil. Nos mandatos do PAICV (2001 a esta parte), a *soberbia* inscrita na frase “*não respondo aos da rua*” (a respeito das críticas à gestão da TACV) simboliza o lugar que se reserva à sociedade civil.

2. A concentração do poder político nos dois partidos (PAICV e MpD) devido ao sistema de representação partidária, minimiza ou exclui o papel dos “pequenos” partidos com assento parlamentar ou não, das principais decisões. Entre os “grandes” partidos, aquele que alcança a maioria, salvo raras exceções, ignora os reclamos dos minoritários quando pode operar sem o seu consentimento. Por sua vez, partidos minoritários quando podem “bloquear” as decisões da maioria não se fazem de rogados.

O desenho político-institucional do sistema cabo-verdiano conjugado à fraqueza da sociedade civil permite que maiorias episódicas ou minorias tomem decisões de aprovar ou vetar certas medidas no interesse estritamente partidário ou até individuais sem que haja qualquer tipo de responsabilização destes agentes, ainda que tais decisões tenham sido tomadas em desfavor da sociedade.

3. Dento dos partidos, as direcções concentram muito poder em suas mãos para tomarem as principais decisões sobre a utilização e alocação de recursos, elaboração das listas de candidatos para os diversos cargos electivos ou de nomeação. O burocrata

partidário pode ter mais poder e sucesso do que o quadro partidário ou aquele que sendo embora mais “popular” não seja “habilitado” em termos burocráticos no entendimento dos “códigos gramaticais” do sistema vigente.

4. Entre os poderes, o Poder Executivo goza de uma preponderância em relação aos demais. Exerce a função típica que é a de governar e outras atípicas como a legislativa, por exemplo, sobre os temas de maior relevância. Esse quadro explica um pouco a crítica que se faz ao Parlamento

***As desigualdades políticas podem ser encontradas nos mais diversos contextos históricos e geográficos, mas a regulação das suas condicionantes no sentido de se alcançar uma maior equidade na distribuição de poder entre os agentes políticos e a favor dos supremos mandatários (o povo) nas nações democráticas parece ser o caminho desejável, numa altura em que se pensa em subsídios para a reforma constitucional.***

quanto à “qualidade” de certos membros seus que apenas se limitam a colocar a mão no queixo, beber água e votar, sem fazer qualquer outro tipo de intervenção embora usufruindo de todas as regalias reservadas ao cargo.

As desigualdades políticas podem ser encontradas nos mais diversos contextos históricos e geográficos, mas a regulação das suas condicionantes no sentido de se alcançar uma maior equidade na distribuição de poder entre os agentes políticos e a favor dos supremos mandatários (o povo) nas nações democráticas parece ser o caminho desejável, numa altura em que se pensa em subsídios para a reforma constitucional.

[joastav@hotmail.com](mailto:joastav@hotmail.com)

## uciona JPAI

interlocutora para fazer a ponte entre o PAICV e a juventude cabo-verdiana. Mais, deve estar aberta aos jovens e ser capaz de apresentar ideias para resolver os problemas da juventude deste país”.

### Desafios e uma nova agenda

Jacob Vicente sustenta a ideia de que a JPAI não pode ser aproveitada para servir de trampolim para outros voos políticos. “O novo líder a ser eleito no VII Congresso deve ter traquejo político e profissional, saber lidar com projectos, distribuir tarefas entre os seus colaboradores e articular com a cúpula do PAICV e as estruturas concelhias da organização as políticas para as diferentes juventudes deste país”.

Além de interpretar e colocar na sua nova agenda a problemática da delinquência juvenil e ambiental, uma das nossas fontes defende que a organização juvenil tamborina deve fazer uma

abordagem positiva da juventude, na perspectiva de fomentar o emprego, o empreendedorismo juvenil, o crédito para a habitação, o trabalho de jovens artistas, a prática do desporto e a democratização das novas tecnologias da comunicação.

Jacob Vicente acrescenta que a JPAI precisa também apostar na formação profissional e pressionar o governo levando-o a estimular o surgimento de pequenas e médias empresas que gerarão, mais postos de trabalho para jovens ao mesmo tempo que vai resolvendo gradualmente os problemas que afectam essa camada da população. “É preciso, portanto, uma nova JPAI que trabalhe fundamentalmente para resolver o problema da juventude cabo-verdiana e não o dos seus membros”, conclui aquele jovem dirigente.

Em contacto com A Semana, Mário Semedo refuta informações segundo as quais a cúpula do PAICV o obrigou a renunciar ao cargo. “Aqueles que noticiaram isso deviam ter ido ver-me no hospital e certificarem se tenho ou não condições para dirigir a JPAI neste momento”, desabafou.



## ACABOU A DOCE ILUSÃO

Os mindelenses caíram na real. Afinal, o jogo da bolha é uma fraude. Que o digam as centenas de pessoas que ficaram com o bolso vazio e a cabeça mergulhada em dívidas. Houve quem tenha reagido com violência.

Por: KIM-ZÉ BRITO



# Jogo da Bolha faz vítimas em S. V.

**A**cabou a doce ilusão criada pelo Jogo da Bolha em S. Vicente, que propunha dinheiro fácil e à farta aos apostadores. Os mindelenses acordaram do sonho para a realidade e constataram que, afinal, onde há ganhadores há também perdedores. E, neste caso, os estragos estão em proporção directa com os valores das apostas que, em média, atingiram os trinta contos por pessoa.

Em todos os recantos da ilha de S. Vicente correm estórias de pessoas que jogaram aquilo que não tinham e ficaram de mãos a abanar. Ganharam apenas júízo, talvez, e de certeza uma tremenda dívida. Isto sem falar da desilusão de não poderem embolsar cento e quarenta contos de uma assentada, às vésperas do Natal.

A confusão instalou-se no seio dos grupos de jogadores, por uma razão muito simples: faltaram “convidados” para darem cobertura ao jogo. Consequência: várias células entraram em crise, muita gente ficou sem receber a prometida grana. O problema é que nem todos se contentaram com chorar pelos cantos a lamentar a pouca sorte. Houve pessoas que bateram com o pé no chão e correram atrás do prejuízo. Foram pedir contas aos vencedores das respectivas células.

Na localidade de Ribeirinha, por exem-

plo, um grupo de quinze indivíduos enfurecidos apedrejaram uma casa, na noite de domingo passado, e partiram os vidros a três janelas. Um dos “manifestantes” atirou três pedras da calçada de encontro aos vidros de três janelas, que ficaram estilhaçadas. Essas pessoas estavam atrás de Jucelinda Neves, 21 anos, uma das “sortudas” do jogo. “Vinha da escola quando deparei com essa multidão à porta da casa da minha mãe. Escondi-me, corri para uma cabine pública e chamei o Piquete”, conta Jucelinda, que admite estar com receio de andar na rua estes dias. Curiosamente, Jú, como é conhecida, recebeu o seu prémio em Outubro e nem conseguiu tirar proveito do dinheiro: devolveu o valor de um empréstimo, deu dinheiro de empréstimo a outras pessoas para jogarem, entrou numa outra célula e perdeu tudo.

Algo muito parecido aconteceu com a sua irmã Anísia Neves, que ganhou e perdeu tudo porque insistiu em continuar a jogar. Questionada se voltaria a apostar, fez o sinal de Pai Nosso: “Jamais!”, respondeu.

Durante horas, a família Neves sentiu a ira de uma população enraivecida, qual um pelotão de linchamento. Salvou-lhes a pele a intervenção atempada da Polícia Nacional, que deslocou três viaturas do Serviço de Piquete para o local. Assim que as pessoas viram os carros serenaram

os ânimos e livraram-se das armas brancas que transportavam. A Semana descobriu uma faca e um chicote num declive mesmo em frente à residência. Jucelinda e Anísia ficaram com a boca aberta, mais conscientes dos riscos que correram nessa noite.

Para poderem acudir a essa emergência, os agentes da PN tiveram de solucionar rapidamente um outro incidente muito parecido em Fernando Pó, onde uma multidão esteve prestes a dismantelar a viatura de um conhecido advogado da praça. Isto depois de ter havido uma “solda” de dinheiro dentro da casa de uma apostadora, quando um jogador descontrolado resolveu atirar um maço de notas para o ar.

Segundo o apurado, nessa noite a bolha deveria “explodir” na mão de uma moça, ou seja, ela deveria receber o seu dinheirinho. Só que alguns membros não conseguiram angariar os seus dois “convidados”. Melhor dizendo, algumas pessoas do grupo não cumpriram a promessa de “cobrir” quem ainda não tinha chegado ao centro da bolha.

“Como tínhamos um fundo de garantia, que estava nas mãos de um advogado, decidimos reparti-lo entre as pessoas que já tinham entregue as suas parcelas. Mas o dinheiro não dava para cobrir todo o valor entregue. Aí ficou decidido que quem entregou trinta tomava vinte, quem entregou vinte

recebia menos, assim sucessivamente para que todos pudessem tomar algo”, explica uma testemunha. Mas a dado momento, um jogador que tinha entregue trinta contos resolveu arrebatar o maço de dinheiro das mãos do advogado, tirar a sua parte e atirar o resto das notas para o ar.

“Foi um pandemónio. As pessoas correram a apanhar dinheiro pelo chão, rasgaram várias notas, enfim, uma cena lamentável”, acrescenta outra testemunha, sob anonimato. Segundo a mesma, quando o jurista saiu da casa foi cercado por um grupo de pessoas, cujos familiares tinham perdido dinheiro no jogo da bolha. As pessoas estavam tão irritadas que impediram o jurista de tirar o seu carro do local onde estava estacionado. Solução: saiu do local a pé e chamou a PN.

“Nesse meio tempo, alguém foi buscar ferramentas para tirarem as rodas do carro. Não sei com que intenção”, conta uma das nossas fontes. Segundo as suas palavras, o carro foi salvo pelos agentes do Serviço de Piquete.

Apesar destes e de outros tumultos ocorridos na passada semana, a Polícia Nacional registou apenas uma queixa por injúria e difamação, relacionada com o Jogo da Bolha. Mas as Esquadras da Cidade e de Fonte d’Inês confirmam o registo de incidentes sucedidos entre diversos apostadores.



ANTÓNIO  
LUDGERO  
CORREIA

# Agenda dos pequenotes

"Qualquer criança quando nasce é um génio; 9.999 em cada 10.000 são completa e inadvertidamente silenciadas pelos adultos."

BUCKMINSTER FULLER

*"Que a educação e a formação para a cidadania e para o desenvolvimento constituem-se em factor de promoção social do cidadão, devendo a formação ser programática, levar menos tempo e responder, efectivamente, às necessidades do mercado e do desenvolvimento."*

*"Que a grande fraqueza reside no facto de não existir um sistema articulado de formação profissional, sobretudo, porque o mesmo ainda não está suficientemente normalizado, razão por que é preciso investir na sua consolidação, com a definição de normas claras sobre espaços e conteúdos da formação profissional."*

*"Que, analisando o papel da educação para a cidadania, se destaca não só o papel da escola como o do professor na formação não só dos alunos mas também da própria comunidade, enquanto veículos de transmissão de valores e de novas posturas de vida e para a vida em sociedade."*

Estas foram as conclusões do Fórum da PRÓ-PRAIA realizado há coisa de um par de anos aqui na Capital da República. O tema "Educação" foi introduzido pelo Engº António Rocha Mendes Fernandes, Ministro de Educação de um dos últimos Governos de Carlos Veiga. A leitura deste praiense tocou os participantes não só pela sua clarividência como pela simplicidade. Não estranha, por isso, que os participantes tenham determinado que se registasse esta recomendação.

Que a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à formação deve ser considerada uma questão importantíssima, à qual se devem juntar, obviamente, a vontade individual e a necessidade de equilibrar a oferta e a procura.

No fundo, uma das coisas que o Fórum recomenda é que o Estado deve ser coerente com o que define como sendo seu papel tanto na Constituição da República como nas leis ordinárias, ou seja o ENSINO OBRIGATÓRIO (de, pelo menos, 07 anos) e o ENSINO GRATUITO (até ao 10º ano).

ENSINO OBRIGATÓRIO de 07 anos que implica a obrigação de generalizar o pré-escolar e de compelir os pais, tutores e encarregados de educação a matricular e a acompanharem os seus rebentos, sob pena de sanção severa. Sanção para o Estado, em acção intentada pelo Ministério Público ou pelo povo, por cada criança e/ou comunidade a quem não for garantido o acesso ao pré-escolar; sanção para os pais, tutores e encarregados de educação que deixarem educandos em idade escolar fora do sistema. E não se me venha dizer que é difícil inventariar as crianças em idade de ir para a escola: da mesma forma que se identificam os mancebos em idade de serem recrutados para o serviço militar obrigatório, assim se deve operar em relação aos miúdos que atingem a idade de ir para a escola. E hoje, com a informatização das Conservatórias dos Registos, isso tornou-se tarefa bem mais fácil do que antes: é só aplicar um "filtro". O que vem faltando é a necessária vontade política

para tratar com seriedade um assunto que é dos mais sérios que se possa imaginar.

Sanção para os faltosos? Doa a quem doer, alguém tem de responder pela infracção (contra-ordenação para muita gente, mas, para mim, crime inafiançável). É que não há obrigatoriedade sem uma sanção para as omissões. O que tem de ser combatido é a situação que hoje se vive, em algumas comunidades, com crianças que chegam à escola com um zero absoluto de conhecimentos escolásticos e são obrigados a conviver com crianças já iniciadas no pré-escolar. E logo naquela idade em que as crianças não são nada meigas com quem sentem estar inferiorizado. Nem se pode tolerar que miúdos em idade escolar fiquem perambulando por aí, ou já pegando no pesado, à revelia dos Direitos da Criança e das Leis e Convenções contra o trabalho infantil, sem qualquer consequência para

## Sanção para os faltosos?

### Doa a quem doer, alguém

### tem de responder pela

### infracção (contra-

### ordenação para muita

### gente, mas, para mim,

### crime inafiançável). É que

### não há obrigatoriedade

### sem uma sanção

### para as omissões. ”

os responsáveis. Às autoridades administrativas (escolas, Delegações do Ministério da Educação, Inspectores do Ensino, a Inspeção-Geral da Educação, Câmaras Municipais, a Polícia Nacional) e ao Ministério Público devem ser dadas (têm-no já, mas é reconfirmar para evitar omissões) prerrogativas de acção correcional para combater o laxismo dos pais, tutores e encarregados de educação e a discriminação do Estado. A Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) terão também de assumir as suas responsabilidades neste particular. É que a não generalização do ensino pré-escolar e a não inclusão de crianças no sistema de ensino, por negligência, são violentas formas de violação dos direitos das crianças, com consequências que podem comprometer o seu futuro (e o próprio futuro da Nação).

Falo em negligência, porque se o Estado

respeitar o princípio do ENSINO GRATUITO (pelo menos para o pré-escolar e para o EBI) não haverá outras razões para tentar justificar o injustificável. Fala-se do ensino gratuito de 09 anos, mas, na prática, nunca a educação foi tão cara entre nós. Dos meus tempos do pagamento da "CAIXA ESCOLAR" de cinco tostões, aos pagamentos sistemáticos de uma panóplia de "coisas & coisas" que hoje foram inventados, vai um abismo. Por isso, torna-se cada vez mais ingente que o Estado confirme se há um período de EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA ou não; e, havendo, se decida, de uma vez por todas, qual a sua extensão; e, finalmente, começar a agir de forma consequente.

Vai ser preciso uma consulta popular para que o Estado, as famílias e as demais instituições saibam do que os miúdos precisam? Acredito que não será necessário. Se não, vejamos. Alguém dúvida da escolha popular se as questões forem estas:

1. GENERALIZAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR:  
SIM\_ NÃO\_
2. ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA:  
SIM\_ NÃO\_
3. SE SIM, QUAL A EXTENSÃO:  
4 ANOS\_ 6 ANOS\_ MAIS TEMPO\_
4. ENSINO GRATUITO:  
SIM\_ NÃO\_
5. SE SIM, QUAL A EXTENSÃO:  
6 ANOS\_ 9 ANOS\_ MAIS TEMPO\_

Eu responderia SIM ao primeiro, ao segundo e ao quarto quesitos; 06 ANOS em relação ao segundo; 10 ANOS (2º Ciclo) em relação ao quinto e último quesito.

E o senhor Primeiro-ministro responderia como? E a senhora Ministra da Educação? E a Ministra das Finanças? E o Ministro da Juventude, a Presidente do ICCA e a Presidente do ICIEG? E a Presidente da CNDH? E a Primeira-dama? E o Presidente da "Associação para a Solidariedade e Desenvolvimento ZÉ MONIZ"? E já que estamos em momento de interpeção, como responderia Vossa Excelência, senhor Presidente da República, na sua qualidade de mais alto Magistrado da Nação e garante da Constituição?

Mas o problema nem é a resposta popular e/ou das instituições da República. Ela advinha-se facilmente. O ponto é (e sempre foi) a vontade política, necessária e suficiente, para vincar uma relação biunívoca, e coerente, entre o que PRECISA (E DEVE) SER FEITO e o que SE FAZ (EFFECTIVAMENTE).

E nem se venha com aquela velha treta da falta de dinheiro. O DINHEIRO CRIA-SE – Gualberto do Rosário, economista político, *dixit*. E está aí Gualberto do Rosário, banqueiro, a prová-lo.

# Vicente

Este cenário já era previsível devido à quantidade de grupos que estavam a jogar em simultâneo. Foi fácil adivinhar que, mais cedo do que se pensava, as células iriam entrar em crise por falta de novos apostadores, os chamados convidados. Além disso, as somas em jogo eram demasiado pesadas para muitas famílias. E não faltou quem tivesse apostado o dinheiro da renda de casa, o salário, a verba destinada à compra de um bilhete de avião e, claro, dinheiro emprestado. E como um azar nunca vem só, aproxima-se o período do Natal, em que grana alguma chega para as compras.

Preocupada com este fenómeno, a Adeco – Associação da Defesa do Consumidor – decidiu alertar os habitantes das restantes ilhas para não caírem nas malhas dessa rede. "Não se pode aceitar que algumas pessoas possam montar cenários tipicamente de burla para extorquir dinheiro aos incautos e mal informados. Essa chamada de atenção visa também alertar as autoridades para estarem mais atentas e interventivas", diz Aníbal Medina, Secretário da Adeco. O curioso nesse apelo é que o jogo teve a capacidade de envolver funcionários de diversas instituições, incluindo os do Tribunal de S. Vicente, da Polícia Nacional, da Câmara e até da Judiciária. Alguém se esqueceu de alertar essas autoridades?

## BOA VISTA

A venda de terrenos na Boa Vistavolta a ser notícia estes dias. O sector do PAICV na ilha traz de novo para a agenda política a questão dos terrenos vendidos pela Câmara Municipal. Mais, os tambarinas cobram a José Pinto Almeida que cumpra uma promessa de campanha e publique a lista de terrenos vendidos desde 2000. Ou seja, dizem, a data em que *"se apoderou"* da cadeira municipal boavistense. Mas o MpD diz que tal promessa não poderá ser cumprida, porque a publicitação das vendas de terrenos **"é um acto inconstitucional"**. E mais: os ventoinhas dizem tratar-se **"apenas de uma promessa feita no calor da campanha"**.

---

SILVIA FREDERICO

---



## Venda de terrenos volta à baila

O PAICV resolveu desenterrar um assunto esquecido há seis meses para exigir a José Pinto Almeida que cumpra o que prometeu basta vezes durante a última campanha autárquica: publicar a lista dos contemplados com os terrenos municipais de Boa Vista. Só que do lado de Djô Pinto, agora, remete-se a promessa ao estatutos das *"coisa que se dizem no calor da companhia"*.

A venda de terrenos foi um tema quente da última campanha autárquica da Boa Vista. Cada candidatura pegava no ponto mais forte do adversário esgrimia *"desmanchar"* esse as suas propostas. Na altura, o PAICV acusou a actual equipa camarária de apadrinhar o

enriquecimento dos familiares e amigos do presidente da Câmara e de vereadores através da venda de terrenos públicos. Respondendo às acusações, o MpD desafiou o seu concorrente a provar que estava propalar *"por aí"*, pois que se comprometia a publicar uma lista dos terrenos vendidos, um dia após as eleições de 18 de Maio, caso José Pinto Almeida fosse reeleito. Só que isso não aconteceu, e seis meses depois o PAICV vem cobrar a promessa.

E como *"tudo o que é prometido tem de ser cumprido"*, o líder da bancada do PAICV, Walter Évora, quer que Pinto Almeida cumpra a promessa para *"afastar de vez essa nuvem negra que paira sobre a Câmara Municipal da Boa Vista"*. É que, afirma Walter Évora,

*"há um sentimento na vida dos boavistenses de que há gente a enriquecer com a venda de terrenos"*. Mais: *"há pessoas a quem é atribuído vários lotes para depois vender a estrangeiros"*. Diante de tudo isso, Pinto Almeida, *"tem de cumprir com a sua palavra e provar que não houve favorecimentos"*.

A publicitação da lista, salienta Évora, pode ser um esclarecimento e um sinal de que a CMB não tem nada a esconder. O líder tambarina na Assembleia Municipal afirma ainda que os terrenos têm sido vendidos ao desbarato, por causa da falta de um plano urbanístico. *"Se tivesse sido feita toda infra-estruturação básica, que passa por arruamentos, rede de água e esgoto, electrificação e redes de telecomunicações, o*

*preço dos terrenos seria muito mais elevado. O planeamento urbano é fundamental. Eu pergunto porquê tanta pressa em lotear terrenos para vender. Não temos pressa"*, aponta dizendo que está disponível a colaborar com a Câmara nesse sentido.

Em resposta, a bancada do MpD diz que a publicitação de lista de terrenos é inconstitucional, porque a Lei não prevê a publicação de vendas de terrenos. Além disso, afirma, a promessa de José Pinto Almeida *"foi feita no calor de campanha"*. Amílcar Costa, líder da bancada ventoinha, afirma que há um número exorbitante de terrenos vendidos, mas que a autarquia não pode publicar uma lista a dizer a quem foi vendido qualquer lote. Quem quiser

## Amadeu Cruz pode candidatar-se para rela



O edil do Porto Novo quer candidatar-se à liderança da Associação dos Municípios de Santo Antão, para relançar a política de desenvolvimento integrado da ilha. Para concretizar essa ideia, Amadeu Cruz defende que os autarcas devem não só acabar com a rotatividade da presidência da AMSA, como transformar o *"moribundo"* GTI numa agência de planeamento que preste assessoria técnica às três autarquias da ilha das montanhas.

Amadeu Cruz pode lançar a sua candidatura durante a Assembleia Intermunicipal de Santo Antão a acontecer no início de Dezembro, e na qual os 18 membros propõem repensar a função da AMSA. *"Se for uma ideia consensual, assumo a tarefa de liderar a associação para tentar reactivar o seu papel na definição de uma política regional concertada"*, adianta o autarca do Porto Novo.

Vera Almeida (Paul) e Amadeu Cruz (Porto Novo) chancelam a tese de que a AMSA precisa ganhar uma dinâmica nova e pensada para Santo Antão um papel uma entidade intermunicipal com programa de trabalho para alimentar o desenvolvimento da ilha. Em concreto, os dois autarcas propugnam que a Associação deve eleger um presidente que terá quatro anos, para para em prática *"uma política clara de integração regional da ilha, pois nenhum dos três municípios pode pensar em desenvolver-se sem contar com a parceria dos outros concelhos"*.

O actual presidente da AMSA, Orlando Delgado, concorda que o modelo de liderança da Associação está esgotado. Esse é o motivo, defende, para que se mude no estatuto o que pode ser obstáculo ao desenvolvimento dos três municípios. *"Discutimos o assunto no Conselho Directivo e entendo também que a rotatividade já não faz sentido. Vamos convocar a Assembleia Intermunicipal para reformular o estatuto da AMSA e fazer com que o presidente seja eleito por um mandato de quatro anos"*, explicita o edil da Ribeira Grande.

O autarca do Porto Novo tem sido um crítico da letargia da AMSA, mas sublinha que só avança para a liderança da Associação se a Assembleia-Geral banir essa ideia de rotatividade. *"Não quero ser uma mera figura decorativa que por uma obrigação estatutária, assume a presidência da AMSA. Defendo uma política regional concertada e, por isso insisto na proposta de que o líder da Associação deve ter estabilidade no cargo para programar iniciativas que beneficiem toda a ilha"*, observa Cruz.

Nessa linha, autarca do norte da ilha sugere que o Gabinete Intermunicipal deve ser transformado numa agência de planeamento para prestar assessoria técnica aos municípios nos domínios de recolha e tratamento de lixo, energia, infra-estruturas, promoção empresarial e investimentos. Cruz defende mesmo a especialização dos quadros do GTI, para que possam dar resposta aos desafios que

MÁRIO  
MATOS\*

## Luz no fundo do túnel, ou quase...

conhecer os beneficiados com a venda de terrenos, diz Costa, “é só consultar as actas das reuniões camarárias, porque todos os municípios têm esse direito”. E o PAICV, acrescenta, “mais do que qualquer cidadão tem mais acessibilidade a documentos deste tipo”. Caso seja necessário, afirma o líder da bancada ventoinha, a Câmara teria que publicar os loteamentos feitos desde 1992, altura em que se deu início as autarquias municipais.

Sobre as acusações de que pessoas terão adquirido lotes para depois revender, a estrangeiros praticando assim a especulação imobiliária, Amílcar Costa defende: “são pessoas pobres que não têm dinheiro para construir. É a Câmara e o Governo que têm de criar condições para que as pessoas vivam melhor e ter dinheiro para realizar o sonho de casa própria”. Costa admite, no entanto, que há pessoas com melhores condições a venderem terrenos a estrangeiros. “Mas aí não se trata de um problema local, e sim de a nível nacional. Há também terrenos vendidos pelo governo e que levantam muitas dúvidas sobre a sua legitimidade”, acusa para desafiar a oposição a um debate sobre essa questão de terrenos na próxima reunião da Assembleia Municipal.

Sobre essa questão, o presidente da Câmara da Boa Vista diz que não faz nenhum comentário sobre a exigência do PAICV, mas acabou defendendo que terá afirmado “num contexto diferente” que iria publicitar a lista depois das eleições de 18 de Maio. “Eu quis mostrar que aqueles que estavam a acusar a Câmara eram os mesmos que foram beneficiados com a venda de terrenos na Boa Vista. Queriam dizer que andava a beneficiar a minha família e meus amigos, e, no entanto Aristides Lima adquiriu terreno durante a minha governação. E mesmo João Pereira Silva, meu concorrente, adquiriu terrenos dias antes das eleições de 2000, quando seu irmão Manecas - Manuel Pereira Silva - era presidente da Câmara. Entenderam muito bem o que eu quis dizer, mas estão a fazer-se de desentendidos e agora vêm exigir uma coisa que falei num outro contexto”, explica.

José Pinto Almeida diz que não é correcto publicar o nome de quem quer que seja que tenha adquirido terreno na Câmara. O edil garante por isso que nenhum município terá seu nome publicado na lista de venda de terrenos e que as actas das reuniões camarárias estão aí para serem consultadas por quem quer que seja município.

## Inçar AMSA

neste momento se colocam à, ilha localização do aterro sanitário intermunicipal, projectos do futuro aeroporto de Santo Antão, o plano de interligação energética e outros programas de fomento da política regional.

Desde o início da sua gestão, que a presidente da Câmara do Paúl, Vera Almeida, se tem batido pela re dinamização do GTI. A sua proposta é que os três municípios devem potenciar os recursos humanos que cada um possui não só estabelecendo sinergias das competências existentes a esse nível na ilha como também para aproveitar a foga desse “djuntamon” para atrair novos técnicos e quadros para competentes e capazes de dar à segunda maior ilha do país uma nova ambição. Almeida avançou essa ideia no passado mês Julho, mas foi logo dizendo que não desejava candidatar-se à presidência da AMSA porque pretende concentrar a sua energia nos “problemas candentes do Paúl”, para os poder resolver.

Orlando Delgado já garantiu também que não ambiciona reassumir o cargo mesmo que haja uma mudança nos estatutos da Associação. Assim sendo, Amadeu Cruz surge como a figura que virá reformular o papel da AMSA a partir de 2009.

João Almeida Medina

**A**lcançar um desenvolvimento sustentável para S. Vicente, capaz de explorar as vantagens comparativas e competitivas da ilha, cujo reconhecimento é, praticamente, anterior ao seu povoamento, é obra a que gerações de cabo-verdianos se têm dedicado. Tem havido projectos ou ideias de projectos para a ilha, tidos como despoletadores de um desenvolvimento robusto, cuja enunciação se perde no tempo...

Na longa duração, para usar um conceito braudeliano, regista-se a estranha sina vicentina de uma identificação lúcida e precoce de empreendimentos que, concretizados, conduziriam a um dinâmico desenvolvimento da ilha, da região em que ela se insere e do país, mas que acabam por ficar votados ao esquecimento ou são retomados pelos poderes públicos num timing outro, por vezes, a contra-corrente das conjunturas propiciatórias da sua afirmação e sucesso.

De memória, cito três exemplos emblemáticos:

a) As obras do Porto Grande, de construção dos molhes acostáveis, vieram com um atraso mínimo de 60 anos. Os portos de Las Palmas e Santa Cruz de Tenerife, nas Canárias, e de Dakar, no Senegal, modernizados no início do século XX - ironicamente, o de Dakar com recurso, também, à mão-de-obra cabo-verdiana - abafaram as vantagens comparativas do Porto Grande, que não foi objecto, então, de nenhuma melhoria, contentando-se os poderes públicos coloniais, da época, com a rotina rentista. Os que tiveram acesso ao opúsculo editado pelo Banco Cabo-verdiano de Negócios (Praia, 2006), intitulado “O Pôrto Grande de S. Vicente - Conferência, 1934” (sic), da autoria do engenheiro João Gomes da Fonseca, pasmados ficarão com a antecipação de décadas, das melhorias tecnicamente minuciosas, que vieram a ser tardiamente introduzidas no Porto Grande. Primeiro, a construção dos molhes acostáveis e, de seguida, outras melhorias da década de 70. Note-se que o projecto, pela sua modernidade e envergadura, se implementado na época da sua apresentação, catapultaria o Porto Grande para lugar cimeiro da navegação transatlântica de então, com efeitos induzidos extraordinários. Mais uma oportunidade perdida...

b) O estaleiro naval que, como intenção de projecto, deve ser pelo menos do início do século XX, veio a ser implementado nos inícios da década de 80 do século passado, pelo Governo do PAICV, com o azar de, no momento em que entrava em funcionamento, a indústria de reparação e construções navais estar em recessão a nível mundial.

c) A ideia do Porto Franco, anterior à própria afirmação do Porto Grande na navegação transatlântica. A investigadora Maria José Lopes dá-nos conta de uma proposta de Lopes de Lima, datada de 1834, da criação de um porto franco na ilha de S. Vicente, retomada poucos anos mais tarde (1838) pelo Capitão Pedro Alexandrino da Cunha, numa curta estada de quinze dias na ilha, a caminho do Brasil, mas que deu para identificar o porto como “o melhor de todos os domínios ultramarinos, incluindo o Tejo”. Não foi implementado pelos poderes coloniais, com benefícios para o porto franco da Gran Canária. Foi pensado na I República, iniciando-se a sua conceptualização mas não concretizado. Anunciado e retomado nos mandatos do MpD mas sem consequências práticas. Re-trabalhado em

**Neste momento em que, tudo indica, começam a concretizar-se projectos que irão contribuir para a materialização de uma ousada visão de desenvolvimento de S. Vicente, a preocupação com o timing e a determinação dos poderes central e local e da sociedade civil, na concretização dos mesmos, assumem relevância extraordinária.** ”

termos conceptuais e de regulamentação no primeiro mandato do PAICV, sendo que só agora, segundo informações fidedignas, é retomado para implementação.

Neste momento em que, tudo indica, começam a concretizar-se projectos que irão contribuir para a materialização de uma ousada visão de desenvolvimento de S. Vicente, a preocupação com o timing e a determinação dos poderes central e local e da sociedade civil, na concretização dos mesmos, assumem relevância extraordinária. Dos projectos concretizados, ou em fase final de implementação, cito os exemplos do aeroporto internacional, ainda a não funcionar na sua dimensão internacional por estar em processo de certificação, e a recente inauguração do Palácio de Justiça, considerado por todos o melhor até agora construído em Cabo Verde. Igualmente, segundo informações de fontes fidedignas, conforme se disse atrás, já há luz verde para se concluir o enquadramento legal da Zona Franca e iniciar o seu *start up*; o engajamento do parceiro para a construção, de raiz, da infra-estrutura industrial de conservação de pescado, em substituição da malograda INTERBASE; bem como, em avançado estado, a negociação para a viabilização da CABNAVE, através de uma parceria com operadores chineses. Como deputado mas, sobretudo, como cidadão natural da ilha, só posso regozijar-me pela realização de projectos e o anúncio, para breve, desses outros, cuja implementação provocarão, certamente, efeitos induzidos a jusante, de extraordinário impacto no aumento do emprego, sobretudo emprego jovem, no desenvolvimento do comércio, turismo, pesca, indústrias, agricultura (na sua vertente horticultura), cultura e entretenimento, para só citar alguns sectores.

Lavrado o meu regozijo, e tendo em conta as considerações sobre o timing de desenvolvimento, não posso deixar de assinalar o atraso de que se reveste a implementação de ambiciosos projectos turísticos, que, também, irão concorrer para atenuar significativamente o desemprego, e terão forte impacto em sectores vários, contribuindo para o aumento significativo do crescimento económico. É voz

corrente que esse atraso, por demais penalizante do desenvolvimento da ilha, da região e de Cabo Verde, se deve à conflitualidade de que se tem revestido a problemática dos solos. Todos os de bom senso estarão de acordo em como a defesa do interesse público e, também, a salvaguarda de legítimos direitos e interesses de particulares eventualmente envolvidos no que toca à propriedade de terrenos, devem ser totalmente assegurados. Mas, manda também o bom senso e esse mesmo interesse público dizer que essa salvaguarda não deve significar bloqueio a projectos tão vitais ao desenvolvimento da ilha e do país. Aliás, é isso mesmo que os vicentinos e a Nação em geral têm ouvido do senhor Primeiro-Ministro. Ele já o disse em várias ocasiões que, lá onde há conflito envolvendo o Estado, câmaras municipais e particulares, em relação à titularidade de terrenos, o princípio tem sido dar total confiança ao investidor externo, no sentido de prosseguir com a montagem do seu projecto, na certeza de que Cabo Verde é um Estado de Direito e as situações de conflitualidade serão resolvidas em sede própria, para além da adopção de medidas legislativas e outras que possam reduzir a margem de conflitualidade.

Então, como entender os atrasos nos projectos turísticos para S. Vicente? Os poderes públicos envolvidos - a nível central e municipal - têm a responsabilidade de esclarecer os cidadãos das razões desse atraso mas mais do que isso, de agir complementarmente, em nome do interesse público, para ultrapassar todos os óbices ao desenvolvimento desses projectos. Os eleitos - locais e nacionais - devem assumir, também as suas responsabilidades de pilotagem política desse processo, fazendo jus ao mandato que o povo lhes atribuiu. Até porque, na democrática e sã diferença, esta é uma das matérias em que só há ganhadores.

A história de S. Vicente, conforme demonstrámos atrás, ensina-nos, dolorosamente, o significado dos custos de oportunidade e, portanto, o valor do timing na implementação de projectos, mormente num país onde todos os investimentos de vulto dependem do financiamento externo - investidores externos, recurso a crédito e, cada vez mais raro, ajuda pública ao desenvolvimento - que implica um processo geralmente moroso até se chegar ao *start up* do projecto. Assim, bem-vindas as medidas de política de desburocratização da Administração Pública, de descentralização e de desconcentração, (passando esta por uma solução moderna da representação do Governo a nível ilha e/ou região), de modernização e capacitação da gestão municipal. Bem-vinda a pilotagem política sistemática por parte dos eleitos locais e nacionais e, *last but not least*, bem-vinda a capacidade reivindicativa e o acompanhamento crítico pela sociedade civil, do desenvolvimento da ilha.

Termino com uma nota de optimismo. Estou convicto de que a Maioria de que faço parte, contribuirá de forma decisiva para a concretização da Visão de desenvolvimento de S. Vicente. A minha convicção é tanto mais sólida quanto essa Maioria já está a concretizá-la. Continuarei a fazer a minha parte.

\* Deputado da Nação  
marzim54@gmail.com

<sup>1</sup> LOPES, Maria José, Surgimento de Câmaras Municipais nas Ilhas do Norte, Santo Antão, S. Nicolau e S. Vicente”,

Notas para seu estudo, IAHN, Praia, 2005, pp. 77,78.

## Angolano detido com 476 gramas de cocaína em prisão preventiva

Está em prisão preventiva o cidadão angolano, de 38 anos, detido pela Polícia Judiciária no Aeroporto da Praia, esta segunda-feira, 10, depois de expelir 476 gramas de cocaína que guardava no estômago. O homem desembarcou num voo proveniente de Fortaleza, Brasil, e deveria seguir para a ilha do Sal onde apanharia um avião dos Transportes Aéreos de Angola (TAAG) para regressar à cidade onde reside, Luanda.

Ao que A Semana conseguiu apurar, o indivíduo foi interceptado pela PJ logo após o desembarque. Foi revistado mas não tinha nada na sua posse. Foi então que a polícia decidiu levá-lo ao Hospital da Praia, onde com ajuda de laxantes terá expelido mais de 40 cápsulas de cocaína. O indivíduo, que era um correio de droga, ter-se-á denunciado pelo seu visível estado de nervosismo.



## PN e PM apreendem armas e drogas

A Polícia Nacional e a Polícia Militar da Praia continuam a actuar conjuntamente contra a criminalidade na capital do país. Na passada sexta-feira, uma rusga conjunta resultou na apreensão de armas de fogo, armas brancas, etc. Vinte e um suspeitos chegaram a ser detidos para averiguações, tendo um deles sido presente ao tribunal.

A operação, desta feita, abarcou diversos bairros da capital: Achada Grande Frente e Trás, Lém-Ferreira, Paiol, Castelão, Achada Mato e Fazenda. E dela resultou a apreensão de duas armas de fogo, uma pistola “boca bedjo”, uma pistola de

alarme de 9 mm, quatro facas, cinco navalhas, um punhal, um pau e ainda cerca de nove gramas de derivados de cocaína. Também foram detidos 21 meliantes, um dos quais foi apresentado ao tribunal por posse de estupefacientes.

Esta primeira operação aconteceu na passada sexta-feira e teve como finalidade prevenir e combater a criminalidade na Cidade da Praia, mais concretamente, nos bairros mais problemáticos dos subúrbios. Essa acção constituiu na revista a pessoas e viaturas na via pública. O objectivo era detectar e recolher armas de fogo, armas brancas e substâncias tóxicas. Tudo isso,

conforme o comandante António Jorge Andrade, “para salvaguardar e elevar o sentimento da segurança da população da capital do país”.

No entanto, dentre os suspeitos detidos pelas duas polícias apenas um veio a ser apresentado ao tribunal. Os outros, depois de algumas averiguações, acabaram por ser soltos.

A operação foi organizada por efectivos da esquadra da Fazenda, apoiados pela Brigada de Investigação Criminal do Comando Regional da Praia e equipa de Piquete da PN em conjunto com a Polícia Militar.

cc

## Detido em Chã das Caldeiras por tráfico de droga

A Polícia Nacional, através da Brigada de Investigação Criminal – BIC, deteve em flagrante delito, na passada segunda-feira, 10, em Chã das Caldeiras, um indivíduo do sexo masculino, na posse de 11 “pedras” de cocaína.

O referido indivíduo, de 22 anos, natural de Estância Roque (Santa Catarina), residente em Luzia Nunes (São Filipe), foi abordado por agentes da PN, que haviam notado nele atitudes suspeitas. Além das 11 “pedras”, a PN acabaria por encontrar 22 doses de cocaína e cerca de 40 mil escudos, que o suspeito trazia com ele. Este cidadão já foi presente ao Tribunal de São Filipe e saiu em liberdade com termo de identidade e residência.

Informações apuradas por este jornal dão conta que tanto a PN como a PJ têm recebido várias denúncias de tráfico de droga em Chã das Caldeiras e outras localidades da ilha do

Fogo, situação que acabou, aliás, por resultar na prisão em flagrante delito do jovem de Estância Roque. Este elemento, a fazer fé em outras informações, estava já referenciado pelas autoridades policiais como o “principal passador” de droga na Chã e arredores, bem como em São Filipe. Com a sua detenção, a PN espera desmontar a rede que actua na ilha do Fogo.

De acordo com as nossas fontes, o referido jovem fazia-se passar por fotógrafo e calcorreava a Chã de uma ponta a outra, sobretudo aos fins-de-semana, comercializando cocaína e outras drogas que trazia consigo. Os seus clientes eram turistas, mas também jovens da localidade. Com a introdução de Chã das Caldeiras na rota do turismo vários moradores têm-se mostrado preocupados com o fenómeno da toxicod dependência, que tomou conta dessa estância turística privilegiada pelo vulcão.

Nicolau Centeio



## Calhau com ambiente degradado

A extracção desenfreada de inertes está a provocar danos irreversíveis na paisagem da estância turística do Calhau, em S. Vicente. O terreno junto aos vulcões extintos encontra-se totalmente "picotada", com uma série de buracos que descem do corpo de uma das montanhas e estendem-se por uma grande área da planície. O "lençol" de buracos é tão grande que já está à beira da estrada que liga Calhau à Praia Grande.

"Se um condutor vier aqui à noite, e se distrair, pode cair nestes buracos. Se o carro tombar, será muito difícil retirá-lo do fundo", comenta Daniel Monteiro, cidadão amante da Praia Grande e que não esconde a sua desilusão pela "forma desumana" como as pessoas andam a danificar a zona do Calhau.

Este fenómeno é parecido com o problema da apanha de areia que tanto afecta as praias cabo-verdianas: a falta de emprego. Homens como Nelson Monteiro, Luís Rodrigues e Olavo, todos nascidos e criados no Calhau, já estão nessa lide há mais de dez anos. Luís, o mais velho, recorda que o desbaste do vulcão começou com a actividade da ex-Emec, empresa que retirou toneladas de gravilha preparada para quem quisesse comprar. "Vendemos cada carrada a dois mil e quinhentos escudos. Já dá para safarmos o dia", diz Nelson Monteiro, para quem essa actividade irá acabar somente quando a Câmara ou o Governo conseguirem empregos para todos. "E com um salário digno. Ninguém vai largar isto para ir ganhar quatrocentos escudos por dia, se pode conseguir muito mais em apenas três horas", adverte.

"Cada buraco tem o seu dono e nós respeitamos a 'propriedade' de cada um", explica Luís Rodrigues, enquanto faz uma pausa para falar com **A Sema**. Desde as sete da manhã que ele e o colega Nelson Monteiro pegaram nas pás e picaretas. Em menos de duas horas e meia já tinham mais uma carrada de gravilha preparada para quem quisesse comprar. "Vendemos cada carrada a dois mil e quinhentos escudos. Já dá para safarmos o dia", diz Nelson Monteiro, para quem essa actividade irá acabar somente quando a Câmara ou o Governo conseguirem empregos para todos. "E com um salário digno. Ninguém vai largar isto para ir ganhar quatrocentos escudos por dia, se pode conseguir muito mais em apenas três horas", adverte.

Na opinião de Luís Rodrigues, as obras públicas feitas no Calhau não andam a enquadrar os trabalhadores da zona convenientemente. Como diz, as empresas levam os seus próprios homens só recrutam uma minoria nessa vila piscatória. "Foi preciso protestarmos para empregarem alguns jovens do Calhau nos trabalhos da estrada Baía-Calhau", comenta Rodrigues.

Abordado sobre os danos ambientais provocados pela sua actividade, Rodrigues esboça um sorriso e dispara: "Já sabia que era nesse ponto que queriam chegar! Eu trabalho aqui desde os quinze anos de idade. Sei que esta paisagem está feia mas não tenho alternativa. Tenho cinco filhos que precisam ser alimentados", assim coloca o problema.

Uma vez ou outra, funcionários da Câmara de S. Vicente aparecem por essas bandas e obrigam-nos a parar com a extracção. Mas depois voltam à carga. Por enquanto já tiraram as "entranhas" apenas a um dos vulcões extintos. Mas, asseguram, estão ansiosos por atacar o corpo de uma segunda rocha. Isto porque a mina a céu aberto já começa a dar sinais de esgotamento e o mercado pede por mais gravilhas.

Kim-Zé Brito



Foto: KIM-ZÉ BRITO



## A mais linda de Cabo Verde elege-se amanhã

Cabo Verde vai escolher a sua Miss. A mais bela do país vai sair de entre as doze concorrentes que representam as nove ilhas habitadas. E a que ganhar o ceptro tem a enorme responsabilidade de representar a mulher cabo-verdiana em certames internacionais de beleza. Adivinha-se tarefa difícil para o júri, que terá de escolher entre as 12 candidatas a que repese não só a beleza bem marcante da mulher destas ilhas, mas também a força, ousadia determinação e até... o porte altivo da cabeça pensante sobre um corpo desempenado e sensual. Muito!!!. O concurso de amanhã também vai eleger a Miss Turismo.

O Pavilhão Vavá Duarte promete tapete vermelho, a partir das 21 horas, para que as candidatas a Miss Cabo Verde aí façam passear a sua graça, beleza e cultura. O concurso de beleza de amanhã à noite tem jovens dos 18 aos 25 anos – exigência do regulamento –, que vêm de todas as ilhas do país. Este ano a diáspora não concorre. São 12 e todas correm atrás do título de a mulher mais bonita

de Cabo Verde: Zamize Fonseca, Djenifer Cruz, Isabel Pereira, Nadine Gomes, Natiela Robalo, Linete Soares, Sheila Brito, Conceição Fernandes, Carine Gomes, Ana Andrade, Verónica Andrade e Kátia Lopes.

Este ano o evento vai eleger duas beldades, uma que além de Miss Cabo Verde representará o país no concurso Miss CEDEAO e a outra que será a Miss Turismo Cabo Verde 2008, que vai disputar a Miss Turismo Internacional.

A organização está a cargo de a Praia Marketing, que promete para o ano conciliar as datas com o certame Miss Mundo. Tudo para que Cabo Verde possa também realizar o sonho de participar no concurso da mulher mais bela do universo.

Por enquanto, quem quiser conferir a beleza das 12 candidatas de perto só tem de comprar os bilhetes de entrada que custam 500 escudos (bancada) e 800 escudos (Zona VIP). Vá conferir. É a partir das 21 horas de amanhã, sábado, no Pavilhão do Gimno-Desportivo Vavá Duarte.

Gilvanete Chantre

## Lar para idosos cabo-verdianos e holandeses

Idosos holandeses poderão passar a gozar dias de sol em solo cabo-verdiano, se Toi da Luz conseguir concretizar o seu próximo sonho: construir um lar destinado à terceira idade, em Chã de Alecrim. A ideia foi apresentada à emigrante Maria Vicença, que propôs a construção de um centro preparado para receber não só idosos cabo-verdianos como também reformados holandeses.

"Já disponibilizei um terreno que era usado para a construção de blocos, temos um esboço do projecto

e acredito que vamos realizar mais este sonho", diz Toi da Luz, 73 anos, um homem de desafios que já conseguiu implantar vários projectos sociais em Chã de Alecrim, além de passar a vida a ajudar um número considerável de famílias carenciadas em S. Vicente.

O centro, segundo as suas palavras, vai ter três pisos, dois destinados aos lares de idosos e um andar onde será estabelecida uma escola para os jovens que vão trabalhar no Lar. Antes, no entanto, Toi da Luz e Maria Vicença

pretendem criar uma associação de idosos, com Estatuto próprio, que passará a gerir o espaço.

"Esta obra vai custar alguns milhares de contos. Quem quiser nos ajudar pode fazer a sua doação na conta do BCN nº 00793975 101", apela Toi da Luz, que vê neste projecto uma óptima oportunidade de convivência entre pessoas de dois países amigos. E para não haver falhas na comunicação, o centro deverá empregar jovens que falam ou entendem o holandês.

KzB

# HOMOSSEXUALIDADE

## Contributos para uma análise mais tolerante

Como psicóloga a desempenhar funções pedagógicas relacionadas com a docência, senti-me verdadeiramente preocupada com o artigo de opinião publicado neste jornal (*A Semana*, 31 de Outubro de 2008), da autoria do Sr. Manuel Fernandes - economista de formação, a propósito do fenómeno por ele denominado de “*Homossexualismo*”.

Esta preocupação prende-se com o facto dos meios de comunicação social serem fazedores de opinião e de reear que uma perspectiva carregada de preconceito e de intolerância, como a que o autor exprimiu publicamente, possa influenciar outras pessoas no que respeita à atitude perante a homossexualidade - fenómeno que na sociedade cabo-verdiana ainda se encontra no domínio do oculto, do proibido, do socialmente indesejável.

Ora, consciente do drama que muitos homossexuais atravessam nas suas vidas por não se conseguirem assumir publicamente, por não serem respeitados na sua orientação sexual, por serem vistos como promíscuos, por temerem a reacção de familiares, chefes, amigos e outros grupos sociais - levando-os muitas vezes a quadros depressivos e até em casos mais desesperados ao suicídio, senti-me compelida a prestar um esclarecimento público que permitisse olhar a questão com algum rigor teórico e científico.

A primeira ideia totalmente falsa que o autor do artigo atrás mencionado refere, relaciona-se com a comparação da homossexualidade com algumas perturbações sexuais, nomeadamente com parafilias, designadas pelo autor de “*práticas sexuais equivocadas*”. Ora, convém esclarecer que a Homossexualidade já não é considerada uma perturbação sexual desde 1973, de acordo com dados da

American Psychiatric Association. Nesta linha, também a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de considerar a Homossexualidade como uma doença em 1990. Assim sendo, os técnicos de saúde, nomeadamente os psicólogos, não deveriam colaborar em procedimentos de tratamento ou de cura da mesma.

De facto, podemos facilmente constatar que o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais da American Psychiatric Association (2002) não inclui a Homossexualidade em nenhuma das categorias de perturbações tais como parafilias, disfunções sexuais ou perturbações da identidade de género.

Assim, é de todo irresponsável e grave considerar que a homossexualidade pode ter algo em comum, por exemplo, com parafilias como a Pedofilia, comparação abusiva que o Sr. Manuel Fernandes faz no seu artigo, sem entender que com tal tomada de posição pode estar a condenar pessoas que na realidade só têm uma orientação sexual e sentimental diferentes da norma.

Gosto de destacar o lado sentimental porque efectivamente não se trata só de sexo que está envolvido numa relação homossexual mas também de afectos, de emoções. O frio na barriga que os que se auto-denominam heterossexuais sentem pela pessoa que amam é igual aquele que os homossexuais sentem. Trata-se de amor e não só de sexo e promiscuidade como grassa pelas cabeças de tanta gente. E se de facto nalguns casos encontramos promiscuidade entre homossexuais, não a encontramos também entre heterossexuais? Será que não podemos pôr a hipótese dessa promiscuidade entre os homossexuais ser fruto da falta de tolerância a que a sociedade vota quem se distingue da norma, quem não engrossa o

rebanho principal.

Outra ideia que se afigura importante desconstruir no artigo do Sr. Manuel Fernandes é a ideia de que a homossexualidade é uma doença e que, portanto, carece de cura. Ora, se a homossexualidade não é uma doença, tal como esclareci previamente, obviamente que não necessita de cura - a cura é necessária para o preconceito, porque o preconceito, a discriminação e a violência, estes sim colocam em risco a saúde mental e a qualidade de vida dos que optaram por viver a sua sexualidade e o seu amor com alguém do mesmo sexo.

São questões para uma reflexão que se afigura cada vez mais urgente a título individual e colectivo. Disso também depende a nossa qualidade enquanto cidadãos - a capacidade de entender os que são diferentes de nós e de os aceitarmos como tal.

A título de consideração final proponho que, como cidadãos, tentemos desenvolver a nossa capacidade empática que mais não é do que a capacidade de “*calçar o sapato do outro*” para entendermos a sua dor.

Vamos calçar esse sapato ou vamos continuar a chutar para o canto e fingir que não é nada connosco?

Catarina Cardoso  
Psicóloga e docente

*Parafilias: [“Caracterizam-se por impulsos, fantasias ou comportamentos recorrentes e intensos que envolvem objectos, actividades ou situações não habituais e provocam mal-estar clinicamente significativo ou dificuldade no funcionamento social, ocupacional e noutros. As parafilias incluem o Exibicionismo, Fetichismo, Frotteurismo, Pedofilia, Masoquismo sexual, Sadismo sexual, Fetichismo travestido, Voyeurismo e Parafilia sem outra especificação” (2002, Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais- American Psychiatric Association) ]*

## Segurança balnear na Prainha e Quebra Canela

A bola tem sido jogada entre as autoridades marítimas e as câmaras municipais, entram ainda no baile as direcções-gerais, um instituto e ainda alguns serviços. Há mais de quinze anos, desde que se implementou a segurança dos banhistas em Cabo Verde, nenhuma instituição nacional a quer assumir. Apenas as Câmaras Municipais de S. Domingos e de S. Vicente fizeram face a esta responsabilidade no seu concelho com bons resultados.

Nos discursos que proliferam por aí, Cabo Verde é vendido como um destino turístico de Verão, com o sol a brilhar o ano inteiro. Neste contexto é difícil dissociar o Verão das

praias de banho ou das várias outras formas de lazer no mar. Contudo, pouco foi feito e se faz para garantir a segurança dos banhistas e impedir a degradação das praias de banho, sobretudo as de Santiago vão desaparecendo a cada dia que passa.

Com algum esforço foi possível este ano, através do Instituto Marítimo Portuário, financiar três meses de vigilância de duas das principais praias da capital (de Agosto a Outubro). E depois de 31 de Outubro? Essas praias continuarão como começaram o ano? Merecendo apenas a recolha esporádica do lixo amontoado?

Os residentes e os visitantes da capital que se interessam pela prática balnear deviam poder

usufruir de pelo menos uma praia limpa, segura e organizada. Isso não é pedir muito. A questão é que ninguém avança para assumir tal responsabilidade. Entretanto continuam os clichés: paraíso tropical, praias desertas, areia doirada, Verão todo o ano, 3000 horas de sol, etc...

Nem que seja só para justificar o grau de desenvolvimento económico ou as posições no ranking internacional dos diversos sectores sociais que afirmamos ter atingido, algum departamento público tem de tomar a iniciativa ou ser incumbido de organizar este sector. E esta atitude pró-activa não pode ficar apenas por uma operação de cosmética, visto sermos uma nação marítima, cuja

segurança não pode limitar-se à vigilância dos banhistas. Devemos inclusive estar preparados para intervenções em alto mar, pois nem sempre estarão botes de pescadores disponíveis para acudir no momento dos acidentes marítimos, para acompanhar as provas náuticas, procurar e resgatar naufragos, etc. Convém não descansar sobre a habitual participação dos rebocadores da Enapor e unidades da Guarda Costeira. É que além de não serem especializados no domínio, não apresentam, entre outros, o grau de prontidão exigido em casos de emergência e de intervenção em alto mar.

Emanuel C. D'Oliveira



# Em torno dos TERRENOS do CLUBE de GOLFE Enganado ou Enganador?

O Sr. João Lizardo, Presidente do Clube de Golfe de S. Vicente, num escrito publicado no N.º 865 deste jornal, volta a surpreender os sócios do Clube com o seu discurso enganador. Não responde às questões que tão clara e abertamente lhe foram colocadas e, para tentar distrair os menos atentos, limita-se a destilar todo o seu veneno contra a minha pessoa por eu ter cometido o pecado de me posicionar contra determinados procedimentos, apenas motivado pelo desejo de ajudar a defender os terrenos do Clube de Golfe contra apetites insaciáveis despertados pela onda de especulação imobiliária e fundiária que nos assola nos tempos que correm.

Começo por tranquilizar o Sr. João Lizardo, deixando bem expresso que, em tudo o que se relaciona com o Clube de Golfe, nunca estive movido por interesses particulares e menos ainda ao serviço de quaisquer interesses estranhos e escusos. E jamais lhe darei razão para ver em mim um eventual concorrente em qualquer negócio que envolva o património do Clube.

Afinal, pelo que depreendo do seu escrito, o Sr. João Lizardo está mais interessado em defender a sua legitimidade sobejamente abalada do que em informar quem quer que seja com a verdade. Evita tocar nas questões de fundo que lhe são colocadas refugiando-se por detrás de toda a sua verborreia. Ele terá as suas razões.

Relembro-lhe mais uma vez que é ele que diz aos sócios, e muito bem, “*que os terrenos do Clube de golfe pela circunstância em que foram cedidos não poderão ser vendidos por Direcção alguma*” (sic), deixando contudo por clarificar o conceito que tem de compra e venda. Prefere remeter-se a um contrato de parceria

para se referir a contrapartidas estimadas em 700.000 contos que estariam garantidas ao Clube.

O Sr. João Lizardo, que já deu mais provas de calculista do que de calculador, podia fazer um elementar exercício de aritmética para facilmente concluir que, à razão da módica quantia de 230\$00 o metro quadrado, em média, os cerca de 306 ha de terreno que pretende entregar em troca de um lote de acções dariam à vontade para cobrir esse valor. E ele bem conhece os actuais preços do mercado. Mas ele foge desta matéria como o diabo foge da cruz.

Estranhamente só agora me apercebi que o Sr. João Lizardo não gosta que se mencione o Cartório Notarial de Santa Cruz de que ele se socorreu para fazer passar a escritura do contrato de sociedade em que envolveu o Clube. Razões provavelmente não lhe faltarão. Assim sendo, aproveito para lhe dizer que não é por maldade que tenho feito referência ao Cartório de Santa Cruz mas sim por simples necessidade de melhor situar os factos. Porém, se é isso que o indispõe, prometo-lhe não voltar a trazer a público a artimanha de Santa Cruz.

Já agora agradecia ao Sr. João Lizardo que explicasse aos sócios do clube, de forma inequívoca, como pensa conciliar as eventuais obrigações estabelecidas no aludido contrato de parceria com as omissões de um contrato de sociedade ardilosamente armadilhado. E como justifica a cláusula do artigo 14º - n.º 2 desse contrato de sociedade em que ficou estabelecido que “*a Consolve pode alienar livremente as suas acções de que é titular, nas condições de realização de capital em que se encontrarem*”. Ou será exactamente aí que reside o real negócio da Consolve?

Neste contexto, o Sr. João Lizardo tem de ter consciência de



ARISTIDES LIMA E SILVA

que poderia não ser fácil fazer valer amanhã os direitos do Clube de Golfe numa montagem contratual em que ele se dispõe a oferecer uma valiosa realidade material, constituída pelos terrenos do Clube, em troca de uma promessa que, em se concretizando, não passaria de pouco mais de uma migalha dessa mesma realidade.

Se nalgum momento possa ter havido qualquer dúvida, hoje não hesito em afirmar, com toda a convicção, que o Sr. João Lizardo nunca foi enganado e que ele encontra-se bem posicionado para responder à seguinte pergunta que lhe foi colocada: - Nesta história em torno dos terrenos do Clube de Golfe de S. Vicente quem foi enganado e por quem?

## AMÍLCAR CABRAL: Ontem, Hoje e Sempre!

### INTRODUÇÃO

Só quem se sente tocado ou envolvido no Universo da Vida Espiritual está em condições de compreender melhor, valorizar e procurar seguir a linha revolucionária (pela positiva) de Cabral.

Sei que aqueles que conviveram de perto com Aquele Grande Espírito vão dizer: “*Noel é basofo! Que sabe ele mais do que nós sobre Cabral?*”. Podem dizer o que quiserem sobre este artigo. Eu sou, naturalmente, um cabralista, no meu dia-a-dia.

Quando eu subir ao Meu Mundo Espiritual onde o Espírito Dele continua a lutar pelo Bem contra o Mal, muita gente vai chorar, outros farão música sobre este cabreiro, alguns deixarão cair “*lágrimas de crocodilo*”.

Tenho a foto do meu irmão Amílcar à frente, capa de um dos muitos livros escritos sobre ele. É ilustrado, veio de Portugal da

Fundação Mário Soares, e chegou me às mãos aquando dos meus 58 anos. Uma prenda da minha terceira filha Alcy (Drª Alcídia Fortes) hoje a residir connosco mais o seu filho, o pequeno grande neto Kevy.

Dizia ela assim, cito: “*Para o meu pai querido, ao completar 58 anos. Que sejas feliz meu pai amado! Tua filha Alcy que te ama muito. Boa Vista 25/12/02. P.S. Continuar a luta de Cabral, com todo o meu amor*”. Fim de citação.

Este artigo (e outros do género que poderão surgir) veio a propósito da força e coragem, espírito cultural como pude comandar a 7ª Edição do Festival de Mornas, nos dias 26/27 e 28 de Setembro, com quatro homenagens: Luís Rendall, Ângelo Lima, Capitão Marcos Lopes (Tio Marco) e Rolando Lima Barber (Sr. Zuca, enfermeiro).

Recebi chamadas telefónicas de várias

peçoas e ouvi dizer que a equipa televisiva - a jornalista portuguesa Andreia Valdigem e o repórter de imagem Paulo Évora fez um bom trabalho ao ponto da RTP se ter apressado a obter a cópia e começar a difundir o Grande Espectáculo que o público usufruiu na nossa Praia Diante.

A grande Serenata Nacional foi assistida por centenas ou milhares de pessoas, outras escutaram a “*Rainha da nossa Cultura*” via rádio, nas ilhas e no estrangeiro através da Internet e televisão.

Todo o negativismo constatado pelo meu espírito sofredor, arreliado e revoltado com a tentativa mesmo de boicote por parte de companheiros e não só, “*não manchou o sucesso daqueles três dias diferentes na nossa ilha*”, palavras do sócio da A.M.B.V. e apreciador de Mornas Nilo Lima, irmão de António Ómar Lima (meus primos).

Atenção à Nota de Imprensa sobre o Festival de Mornas a ser enviada em breve aos Órgãos de Comunicação Social, para efeitos que se julgarem convenientes.

É tudo! Estou sendo vencido pelo sono. Abraços ao meu povo cabreiro, de Cabeça de Tarafes à vila, agradecimentos pelo apoio, pelo carinho, pela confiança mais uma vez depositada em mim e em meus companheiros, aqueles que têm sido sinceros comigo, nesta batalha cultural. Boavistenses e não só: hei-de vos agradar (eu cá sei como) em breve!

Viva a memória e legados de Cabral!

Viva os cabo-verdianos e amigos do nosso povo!

Viva a Morna, factor de Unidade Nacional!

Avante com mais Festivais, com “*Stop de Noel Fortes*”:

Noel Fortes

Boa Vista, 7 de Outubro de 2008



